BALANÇO RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS E PERSPECTIVAS 2020



NA PROCURADORIA-GERAL

- 1. Modernização da Administração Tributária
- 2. Combate à sonegação e cobrança
- 3. Recuperação de créditos em 2019
- 4. Ações Fazenda e PGE em 2020

- 1. Modernização da Administração Tributária
- 2. Combate à sonegação e cobrança
- 3. Recuperação de créditos em 2019
- 4. Ações Fazenda e PGE em 2020

Receita Estadual: Receita 2030





30 iniciativas propostas para construção de uma Receita Digital, mais moderna, inovadora e eficiente.

Visão de futuro - agenda propositiva para desenvolver a administração tributária. Foco #1:

Simplificação extrema das obrigações dos contribuintes

Foco #2:

Transformação digital do fisco

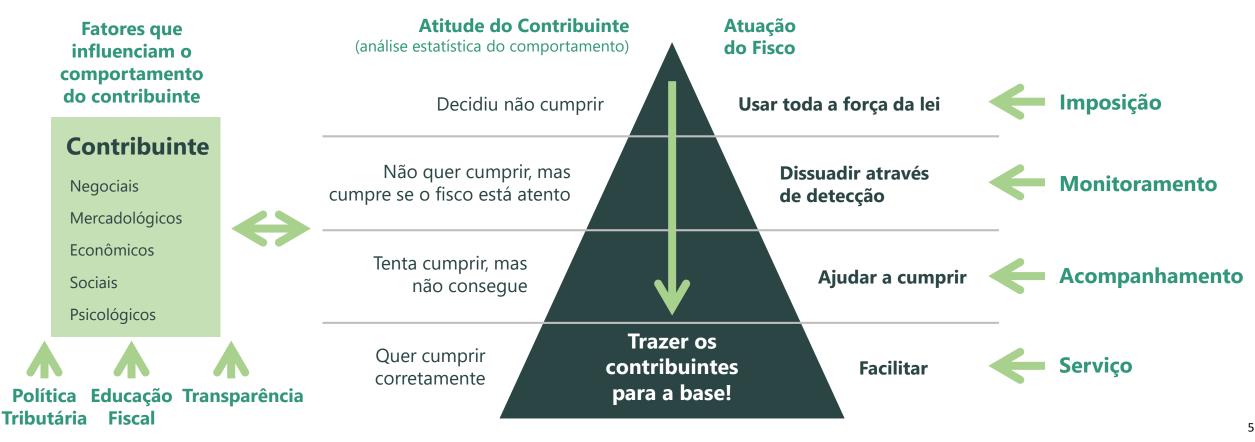
Receita 2030: Novo Modelo





Estratégia de Cumprimento:

Como reduzir a Brecha Tributária?



Receita 2030: Exemplos de Inovação





Iniciativa Programa de Cidadania

Lançamento do aplicativo Menor Preço Nota Gaúcha

Mais de 3 milhões de pesquisas até o momento



Utilização da **Plataforma do NFG para sorteios**

Disponibilizada para supermercados e shoppings



Lançamento do **Receita da Sorte**

Prêmio Instantâneo do Nota Fiscal Gaúcha



- 1. Modernização da Administração Tributária
- 2. Combate à sonegação e cobrança
- 3. Recuperação de créditos em 2019
- 4. Ações Fazenda e PGE em 2020

Combate à Sonegação

A Receita Estadual vem intensificando sua atuação em diversos ramos da economia, procurando garantir tratamento isonômico entre as empresas dos setores.

- Combater a sonegação
- Recuperar valores
- Garantir concorrência leal
- Regular a economia



Operações ostensivas de fiscalização em 2019, abrangendo mais de 25 setores e 40 municípios



em créditos tributários constituídos (jan-dez)

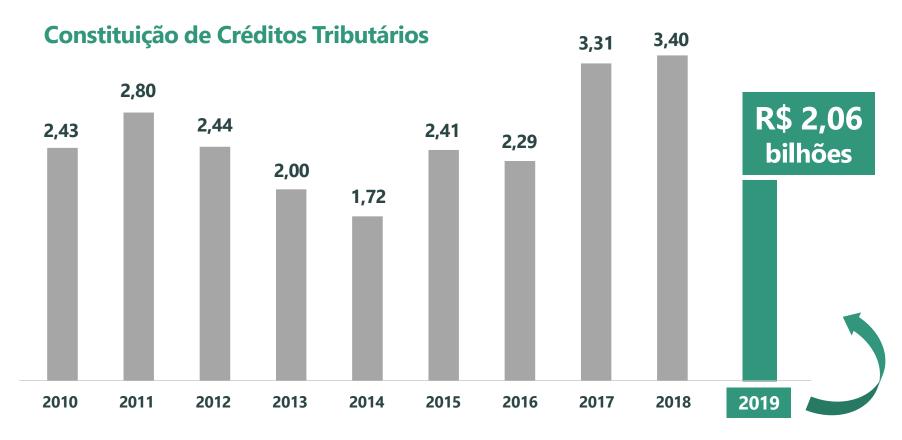


Programas de autorregularização para os contribuintes no ano

Combate à Sonegação

Em 2019, foi iniciada uma nova forma de atuação no combate à sonegação, visando ao cumprimento voluntário das obrigações, sem deixar de atuar repressivamente nos casos que envolvem fraudes e sonegação.

Um dos focos é a atuação especializada (Grupos Especializados Setoriais), com centralização de ações e proximidade ao contribuinte.



Números de janeiro a dezembro, em R\$ bilhões. Valores atualizados pelo IPCA.

Contencioso Fiscal

Foco em agilizar o julgamento das contestações de contribuintes em relação à tributação, por meio da iniciativa Contencioso Just In Time, que integra a agenda Receita 2030.



R\$ 5,26 bilhões

no julgamento de processos em 2019

(janeiro-dezembro)

Valor 3,6 vezes superior a 2018 (R\$ 1,45 bilhão)

Redução do estoque

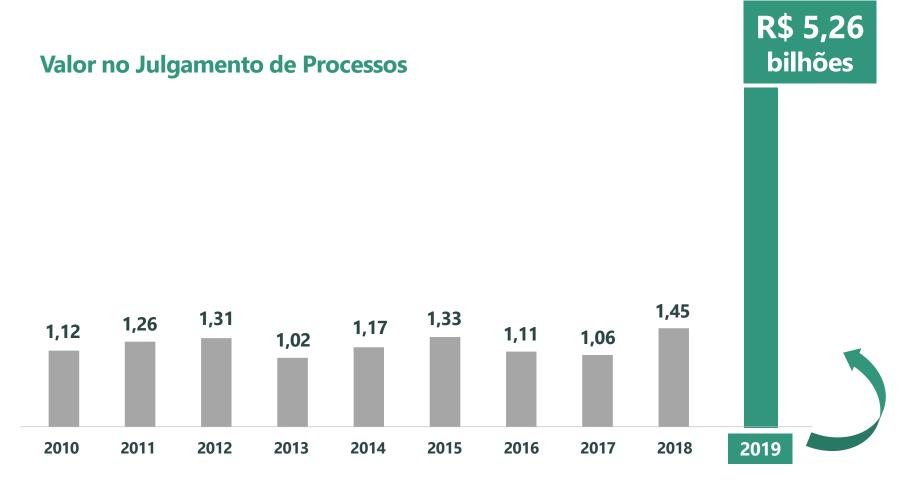
R\$ 3,98 bilhões (janeiro)

para R\$ 1,37 bilhão (dezembro)

Contencioso Fiscal

O julgamento de processos é o maior da década.

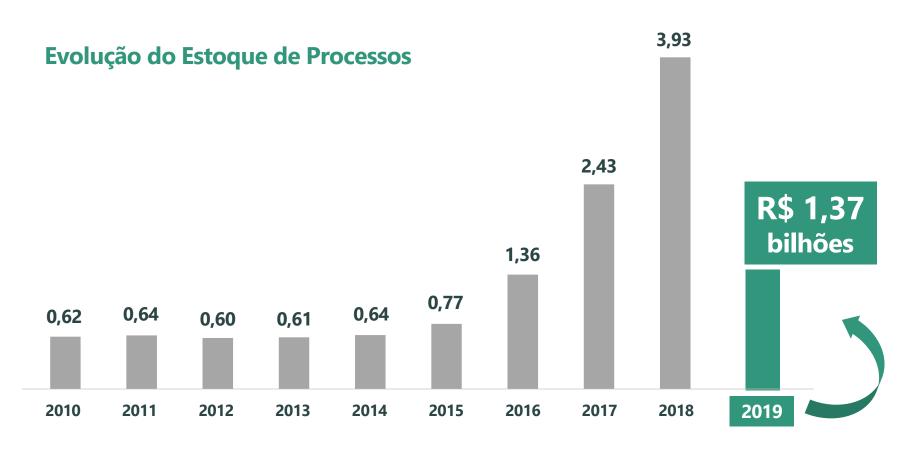
Com o Contencioso
Just In Time, está sendo
revisado e implantado
um processo de
julgamento acelerado,
introduzindo o conceito
de linha de produção:
lançou, impugnou,
julgou.



Números de janeiro a dezembro, em R\$ bilhões. Valores nominais.

Contencioso Fiscal

O objetivo é diminuir o prazo de julgamento de novos processos de primeira instância para no máximo 30 dias, manter estoque zero do contencioso administrativo para novos processos, aumentar a liquidez do crédito tributário e agilizar a cobrança administrativa e judicial dos devedores.



Números de janeiro a dezembro, em R\$ bilhões. Valores nominais.

Resultados da Cobrança (administrativa e judicial)

O resultado da cobrança de devedores em 2019 é a maior da série histórica no RS, proporcionando uma importante ajuda para amenizar os efeitos da crise econômica.



R\$ 3,44 bilhões

é o montante atingido na cobrança de devedores em 2019 (janeiro-dezembro)

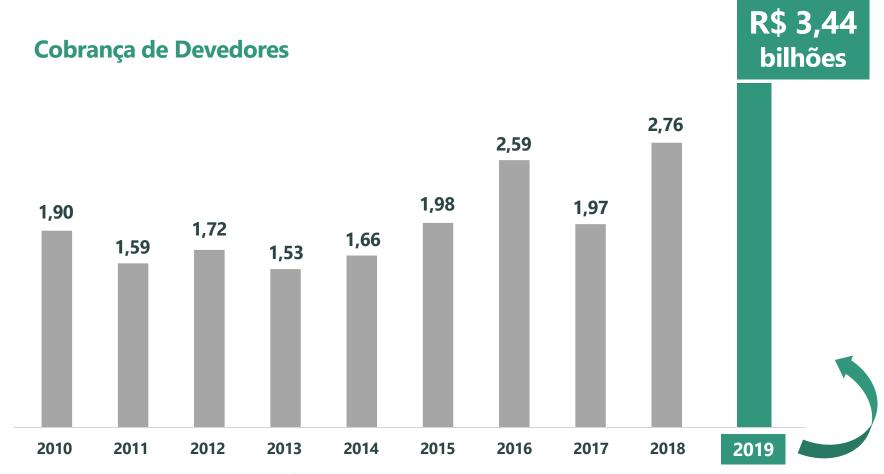
Crescimento de 24,8% frente a 2018

Dos R\$ 3,44 bilhões, R\$ 2,4 bilhões foram recursos que efetivamente ingressaram no caixa. Outra parte foi negociada via compensações de precatórios ou créditos.

Cerca de **44%** do valor no âmbito da cobrança administrativa e **56%** na cobrança judicial.

Resultados da Cobrança (administrativa e judicial)

A cobrança de devedores em 2019 é a maior da série histórica no RS, proporcionando uma importante ajuda para amenizar os efeitos da crise econômica.



Números de janeiro a dezembro, em R\$ bilhões. Valores atualizados pelo IPCA.

- 1. Modernização da Administração Tributária
- 2. Combate à sonegação e cobrança
- 3. Recuperação de créditos em 2019
- 4. Ações Fazenda e PGE em 2020

Balanço Cesta Básica

O Supremo Tribunal Federal (STF) deu ganho de causa ao Estado no processo que trata da incidência de ICMS cobrado na venda ao consumidor final de produtos da cesta básica, chamado de Tema 299. As discussões iniciaram em 2011.



Total negociado, incluindo precatórios,

R\$ 387 milhões

(representa 60% do possível de recuperação do Tema 299 STF).



R\$ 190 milhões

já ingressaram em dinheiro.

- Há outras negociações em curso com novas perspectivas para 2020.
- São aproximadamente 290 processos ativos entre execuções fiscais, ações ordinárias e recursos.

Resultados Compensa RS

Oportunidade para as pessoas físicas e jurídicas quitarem ou abaterem suas dívidas, de natureza tributária ou de outra natureza, por meio do encontro de contas entre os valores devidos e os que lhe são devidos pelos entes públicos (precatórios).



R\$ 933 milhões

em precatórios pagos por meio do Compensa RS em 2019

(R\$ 975,2 mi desde 2018)

Redução líquida inédita no estoque de precatórios em 2019 (diferença entre os quitados e os novos inscritos) estimada em aproximadamente R\$ 1 bilhão.

Resultados Refaz 2019

O resultado obtido no Refaz 2019 é recorde absoluto entre os programas do gênero realizados na última década no RS.

O resultado ocorreu também em tempo recorde, sendo um dos programas com menor duração na história recente. 7,6 mil
empresas
aderiram ao
Programa

76,5 mil débitos foram regularizados, no total de R\$ 2,8 bilhões

R\$ 720 milhões

de ingresso efetivo nos cofres públicos

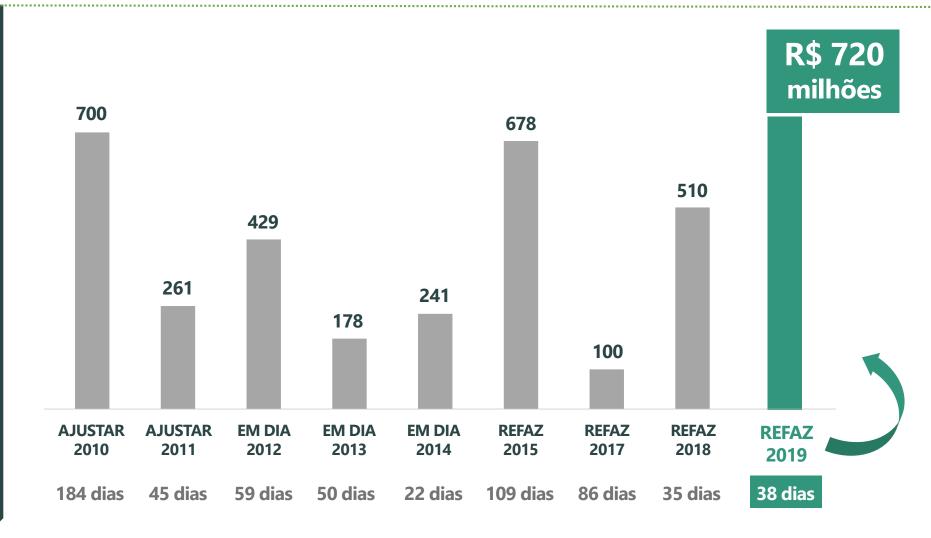
Ainda há um saldo líquido parcelado de mais de R\$ 1,084 bilhão que deve entrar no caixa do Estado ao longo dos próximos 10 anos.

Obs.: 25% do Refaz para os municípios.

Resultados Refaz 2019

O resultado obtido no Refaz 2019 é recorde absoluto entre os programas do gênero realizados na última década no RS.

O resultado ocorreu também em tempo recorde, sendo um dos programas com menor duração na história recente.



Resultados Refaz 2019

O Refaz 2019 registrou novidades tanto no âmbito operacional quanto nas condições oferecidas aos contribuintes.

Dois principais fatores são considerados determinantes para os resultados obtidos.

- **Trabalho integrado** entre Secretaria da Fazenda, por meio da Receita Estadual, e a Procuradoria-Geral do Estado (Regulamentação do CIE em 2019)
- **Foco na quitação das dívidas**, com a criação, pela primeira vez, da Regra 90/90.
- Cerca de 93% (R\$ 670 milhões) do valor foi quitado a vista, encerrando inúmeros processos de execução fiscal e litígios judiciais.
- Foram **regularizados débitos de mais de 45 anos atrás**, que já eram considerados "esgotados" pelo Estado.
- Operações de combate à sonegação deflagradas pela Receita Estadual recentemente também resultaram em regularizações no âmbito do Refaz 2019.

- 1. Modernização da Administração Tributária
- 2. Combate à sonegação e cobrança
- 3. Recuperação de créditos em 2019
- 4. Ações Fazenda e PGE em 2020

Trabalho Integrado e Ações Fortes de Cobrança

- Cesta Básica: continuidade das ações conjuntas de cobrança com R\$ 50 milhões já assegurados até fevereiro.
- CIRA RS Comitê Interinstitucional para Recuperação de Ativos: junto ao Ministério Público do Estado do RS, buscando maior eficiência na recuperação de recursos para a sociedade.
- Sonegação Contumaz: a partir de decisão STF, será intensificada a cobrança por meio da atuação integrada entre Receita Estadual, PGE e MP.
- CIE Comitê de Integração Estratégica: integração e cooperação cada vez maiores entre Receita Estadual e PGE.
- Precatórios: estão em curso mudanças em sistemas e fluxos administrativos para agilizar o processamento, viabilizando redução de prazos e melhor ambiente para a execução do Compensa.









NA FAZENDA

NA PROCURADORIA-GERAL